Judiciário em foco

ANO 2 - NÚMERO 21

FEVEREIRO - 2009

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

NOVA DIREÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BIÊNIO 2009-2011

Des. Pedro Ranzi - Presidente

Des. Samoel Evangelista - Corregedor Geral da Justiça

Des. Adair Longuini - Vice-Presidente

Geral

Vara Virtual de Execução Fiscal no Acre

Página 5

Destaque

TJAC investe em capacitação

Página 10

Mensagem do Presidente

Senhores Desembargadores, Juízes, Servidores e Colaboradores,

Ao assumirmos a presidência do Poder Judiciário, estamos dando continuidade a esta caminhada do Tribunal de Justiça, que completa, em 2009, 46 anos. Sabemos de nossa responsabilidade, estamos preparados para o desafio que ora se inicia e contamos com a efetiva participação de todos os que compõem esta casa, trazendo sua experiência, dedicação, espírito de equipe, para que possamos alcançar a nossa visão de sermos o melhor Tribunal de Justiça Estadual da Amazônia.

Dentro desse cenário, entendemos ser importante a revisão da nossa legislação, tanto das leis quanto das normas internas, hoje esparsas e desatualizadas, com o intuito de compilarmos esses ordenamentos para oferecermos mecanismos jurídicos mais objetivos.

Esperamos que os servidores procurem conhecer nosso Tribunal e desempenhem com eficiência seu trabalho, para tanto ofereceremos condições materiais e capacitação adequada para cumprirmos a nossa missão.

E dentro dessa visão, iremos fortalecer nossas unidades judiciárias, sempre focando os aspectos que balizarão todos os programas que visem à racionalização dos serviços administrativos e judiciais, com ênfase na mudança de fluxos processuais, investimentos em tecnologia e planejamento estratégico.

Assim, contamos com a colaboração de todos, pois sem o esforço dessa grande equipe não será possível adequarmos o nosso Tribunal aos novos desafios que os tempos atuais exigem.

Des. **Pedro Ranzi**
Presidente do TJAC

Judiciário em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelo telefone (68) 3211-5356

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2009-2011

Presidente
Des. Pedro Ranzi

Vice-Presidente
Des. Adair Longuini

Corregedor Geral da Justiça
Des. Samoel Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Evandro Cordeiro
Letícia Mamed
Sabrina Soares (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed

Fotos
Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Jornalista responsável:
Evandro Cordeiro (MTB 02/98)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

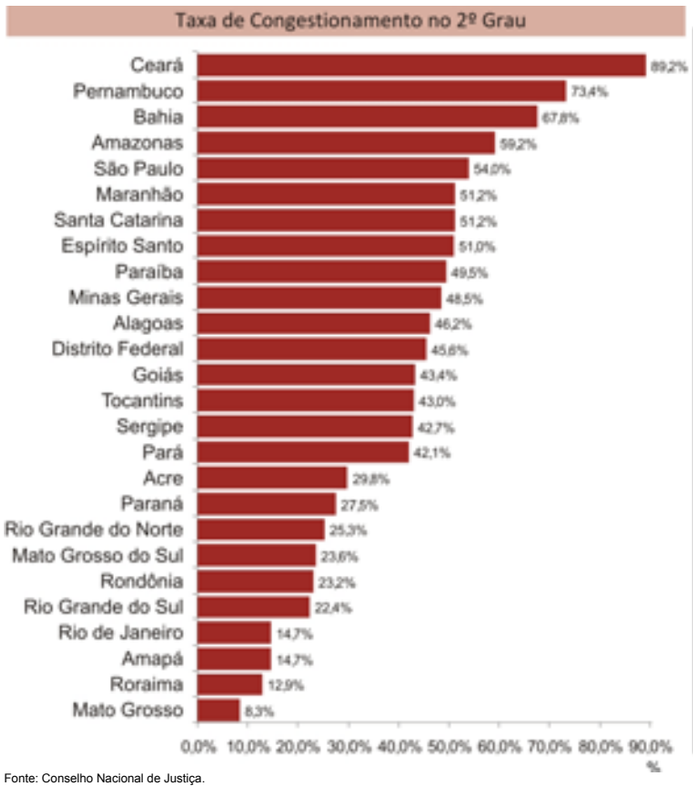
Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br

judiciário em números

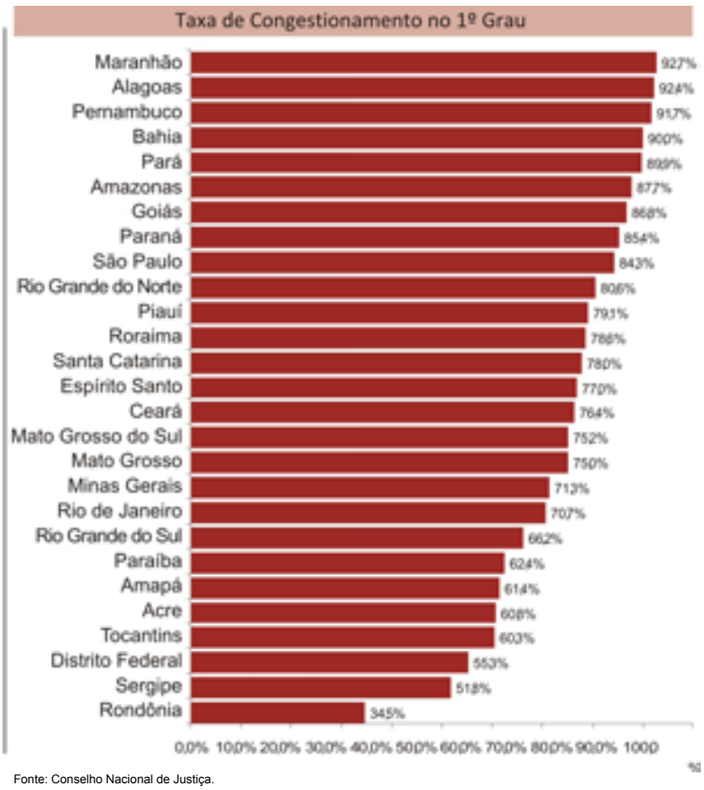
A pesquisa Justiça em Números, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça com base em dados apurados no ano de 2007, foi divulgada no mês de fevereiro e revelou que, naquele ano, existiam 67,7 milhões de processos em tramitação na Justiça Brasileira.

Nos dados referentes ao Estado do Acre, merece destaque a taxa de congestionamento apresentada pela Justiça de 1º e 2º Graus. Os índices bem abaixo da média nacional refletem o empenho dos magistrados e servidores Judiciário acreano em prol de uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

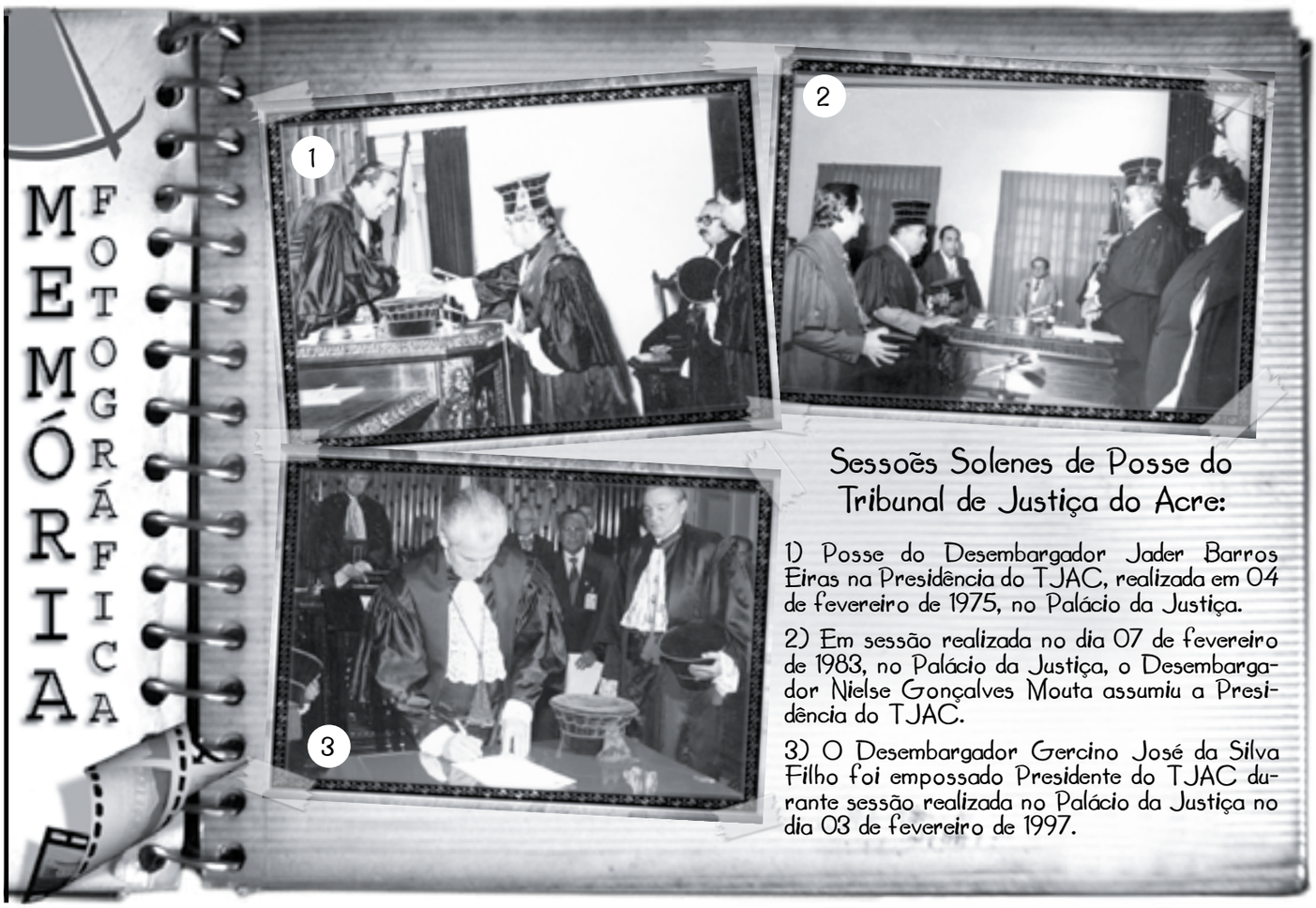
Diante da taxa de congestionamento da Justiça Estadual em todo o país, que ficou em torno de 45,4% no 2º Grau e 80,5% no 1º Grau, o Acre apresentou os seguintes índices: 29,8% no 2º Grau e 60,8% no 1º Grau.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça.



Sessões Solenes de Posse do Tribunal de Justiça do Acre:

1) Posse do Desembargador Jader Barros Eiras na Presidência do TJAC, realizada em 04 de fevereiro de 1975, no Palácio da Justiça.

2) Em sessão realizada no dia 07 de fevereiro de 1983, no Palácio da Justiça, o Desembargador Nielse Gonçalves Mouta assumiu a Presidência do TJAC.

3) O Desembargador Gercino José da Silva Filho foi empossado Presidente do TJAC durante sessão realizada no Palácio da Justiça no dia 03 de fevereiro de 1997.

Judiciário e Legislativo firmam parceria para o Assembléia Aberta 2009

Ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça, o Desembargador Pedro Ranzi logo anunciou a intenção do Judiciário em participar da execução do Programa Assembléia Aberta, desenvolvido desde 2007 pela Assembléia Legislativa do Acre (Aleac).

Para discutir os termos da futura parceria entre os poderes Legislativo e Judiciário, o Presidente do TJAC recebeu no início de fevereiro a visita dos deputados estaduais Edvaldo Magalhães (PC do B), Presidente da Aleac, Helder Paiva (PR) e Élson Santiago (PMN).

"O trabalho de parceria fortalecerá nossas instituições. Atuando conjuntamente, TJAC e Aleac vão otimizar gastos com logística e a população será atendida de modo mais amplo", disse Pedro Ranzi.

O Predisente do TJAC, Desembargador Pedro Ranzi , e os deputados estaduais Helder Paiva, Edvaldo Magalhães e Élson Santiago discutem os termos da parceria

O Presidente do TJAC informou que o Judiciário pretende levar aos municípios uma equipe para atender a população em questões jurídicas que estiverem pendentes, além de realizar o trabalho de orientação sobre direitos.

Segundo o Desembargador, o TJAC deve participar de todas as etapas do Programa neste ano. A primeira delas está prevista para ocorrer entre os meses de março e abril, nos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

O Deputado Edvaldo Magalhães define o Programa Assembléia Aberta como um novo modelo de ação política no Estado. Na busca pela interiorização do parlamento, a Aleac percorre diversas regiões e comunidades isoladas do Acre, realizando sessões itinerantes. O objetivo é ouvir as reivindicações de quem vive nesses locais e incluí-las no Orçamento Anual do Estado, visando a melhoria dos índices de desenvolvimento humano.

Projeto Cidadão chega a Foz do Breu e a Porto Walter

Mais de 15 mil pessoas são atendidas

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Projeto Cidadão e seus parceiros, realizou mais duas etapas de atendimento no Vale do Juruá. Nos dias 15 e 16 de fevereiro, a equipe esteve na comunidade Foz do Breu, localizada na divisa do Brasil com o Peru, e nos dias 20 e 21 os atendimentos aconteceram no município de Porto Walter.

A equipe composta por 80 técnicos atendeu mais de 15 mil pessoas, entre seringueiros, ribeirinhos, indígenas, agricultores e demais moradores da região de floresta, beneficiados com os serviços de emissão de documentos, consultas médicas e vacinação, palestras sobre direitos humanos e cidadania, orientação jurídica, além de atendimentos do Incra e do INSS.

Essa etapa do Projeto Cidadão contou com o apoio do Deputado Federal Fernando Melo, que disponibilizou emenda parlamentar para custear as despesas. Atuaram como parceiros do Projeto Cidadão a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho, INSS, Incra, Governo do Estado do Acre, Defensoria Pública e Prefeituras Municipais de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

ETAPA DE MARÇO

O Projeto Cidadão percorre o Vale do Purus no mês de março, prestando atendimentos a aldeias indígenas no município de Sena Madureira e na sede do município de Santa Rosa do Purus. Segundo a coordenação do Projeto, a etapa de março foi minuciosamente preparada, com seus serviços ampliados, vez que já há seis anos não se realizava atendimento na região.

Vara Virtual de Execução Fiscal no Acre

CNJ, TJAC e PGE planejam a instalação da nova unidade. O objetivo da virtualização é tornar célere, eficiente e barato o trâmite processual

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está coordenando estudos visando o desenvolvimento de um sistema de informática que permitirá a disponibilização, de modo virtual, de processos nas varas de execução fiscal e nas procuradorias dos Estados.

Atualmente, grande parte das ações que correm na Justiça está relacionada à execução fiscal, gerando custo elevado para o Judiciário. A virtualização desses processos poderá dar efetividade às decisões dos juízes que lidam com o tema. Para fomentar a solução tecnológica para as execuções fiscais nos Estados brasileiros, o CNJ conta com o trabalho de um grupo formado por servidores, juízes e procuradores do Acre, Pernambuco e Amazonas.

A Juíza de Direito Maria Penha Sousa Nascimento, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Rio Branco, e o Procurador do Estado Rodrigo Fernandes das Neves representaram o Estado do Acre na primeira reunião do grupo, realizada nos dias 6 e 7 de fevereiro, em Brasília (DF). Coordenada pelo CNJ, a reunião discutiu a proposta para desenvolvimento do módulo digital de processamento das execuções fiscais.

Visando avaliar os resultados da reunião de trabalho no Conselho e planejar a instalação da Vara Virtual de Execução Fiscal no Acre, no dia 9, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Ranzi, acompanhado do Diretor de Tecnologia da Informação, Roberto Romanholo, recebeu no Palácio da Justiça a Juíza Maria Penha Nascimento, e os procuradores Márcia Regina Pereira e Rodrigo Fernandes. Durante o encontro, o Judiciário e a Procuradoria Geral do Estado definiram a parceria entre as duas instituições para desenvolvimento do novo projeto.

Com apoio do CNJ, TJAC e PGE apostam nos benefícios da virtualização de processos

Processo demorado e caro

Hoje o caminho da dívida até a sua cobrança pela Justiça é longo e oneroso. Uma vez processado o débito do contribuinte em dívida ativa, é enviada uma Certidão de Dívida Ativa (CDA) para a Procuradoria. Na Procuradoria o processo é analisado e recebe uma petição em três vias que são encaminhadas para a Justiça, onde o juiz verifica o processo e o despacha. É feito então um mandado de citação, enviado ao oficial de Justiça que procura o contribuinte para regularizar a situação.

Durante todo esse trâmite o processo recebe no mínimo quatro folhas de papel, além de exigir dias para a localização dos documentos e para o cálculo dos débitos. Com tantos "obstáculos" alguns processos chegam a tramitar por anos. Além do tempo, o custo do processo também é elevado, chegando a ser superior ao valor da dívida cobrada.

Vantagens da virtualização

Com a Vara Virtual de Execução Fiscal, espera-se que todo o trâmite seja reduzido a algumas horas e com custo praticamente zero. O trabalho que hoje demora em média entre seis meses e um ano poderá ser executado em uma tarde.

Adotando-se a virtualização, praticamente todo o processo passa a ser eletrônico. Desde a inscrição em dívida ativa pela Secretaria da Receita até a decisão do juiz, o único documento impresso será o mandado de citação que seguirá para o contribuinte via Correios. Tudo acontecerá dentro de um sistema que integra a Procuradoria e o Tribunal de Justiça, garantindo que o processo virtual circule de forma totalmente segura, sem sofrer alterações ou modificações.

As vantagens, além da agilidade e da economia, incluem a eficiência da cobrança e o gerenciamento da dívida. O sistema permitirá gerar relatórios estatísticos sobre os débitos e os processos. Desse modo, será possível ter acesso a dados como o perfil da dívida, quem são os devedores, quais os tributos mais devidos, quais as atividades econômicas com maiores índices de inadimplência e assim por diante.

Essas informações, que hoje não são possíveis de serem organizadas porque o trâmite ainda é realizado por meio físico, serão fundamentais para se conhecer melhor o devedor e direcionar as ações de cobrança e fiscalização.

Aliando a agilidade e a disponibilidade de informações, também será possível atingir mais eficiência na cobrança. Isso acontecerá tanto para a recuperação do débito, como também para o contribuinte, que terá muito mais segurança no curso de seu processo, com a eliminação de erros como extravio de documentos ou demora na baixa do débito.

Nova Direção do Tribunal de Justiça para o biênio 2009-2011

A nova Direção do Tribunal de Justiça do Acre para o biênio 2009-2011 foi empossada no dia 2 de fevereiro, durante Sessão Solene realizada no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco.

Constituem a nova administração do TJAC os desembargadores Pedro Ranzi (Presidente), Adair Longuini (Vice-Presidente) e Samoel Evangelista (Corregedor Geral da Justiça).

Autoridades civis e militares, magistrados, diretores, assessores e servidores do Poder Judiciário, familiares e amigos dos empossados, participaram da solenidade.

Em seu discurso de posse como Presidente, o Desembargador Pedro Ranzi falou da busca por qualidade e celeridade na prestação jurisdicional, diretrizes do trabalho que terá como visão tornar o Judiciário do Acre o melhor Poder Judiciário Estadual da Amazônia.

Boa noite, Senhoras e Senhores.

Honrados estamos com a presença de todos. É com grande alegria que cumprimentamos os presentes, nas pessoas do Exmo. Sr. Governador Arnóbio Marques, do Exmo. Sr. Deputado Edvaldo Magalhães e saudamos todos os Desembargadores, na pessoa da Exma. Desembargadora Isaura Maia.

Agradecemos a honrosa presença de todos os Juízes. E aos dedicados servidores do Poder Judiciário.

Agradecemos aos ilustres membros do Ministério Público, Promotores e Procuradores de Justiça, aos Procuradores do Estado, Defensores Públicos e aos senhores advogados.

Agradeço, em particular, aos meus familiares, incansáveis e fiéis incentivadores que, apesar de minha presença deles subtraída, dispensam-me compreensão e terno afeto. Ao meu pai, Saul Ranzi, em especial, que, no alto de seus quase noventa e um anos, não obstante a distância que separa o Rio Grande do Sul do Acre, aqui está, acompanhando mais um passo da minha jornada, alegrando meu coração.

Agradecemos também as bondosas palavras dos Excelentíssimos Desembargador Arquilau de Castro Melo, do Procurador de Justiça Sammy Barbosa Lopes e do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, Florindo Poersch.

Hoje, assumimos mais desafios: sermos o administrador do Egrégio Tribunal de Justiça e bem desempenharmos tão honrosa tarefa da qual nos incumbiram nossos pares, ao nos confiarem o encargo de gestor do Poder Judiciário acreano, que completará 46 anos de sua implantação, quase o mesmo tempo em que aqui ao Acre chegamos, já que, em poucos dias, completar-se-ão 40 anos que esta terra nos acolheu, tendo-a escolhido para cumprir nossa missão de homem e de cidadão.

A tarefa do gestor será encontrar as melhores soluções para os desafios que se apresentarem. Sabemos da responsabilidade do cargo e nos comprometemos a fazer, no mínimo, tanto quanto já fizeram aqueles que nos antecederam, que deixaram suas contribuições duradouras em nosso Tribunal, permitindo a continuidade da prestação jurisdicional, finalidade deste Poder.

Aliás, como assevera o art. 2.º, da nossa Lei de Organização Judiciária, nossa Missão é: "... assegurar a paz e a ordem social, bem como proteger e restaurar direitos (...)".

Para tanto, no Plano de Gestão para o biênio 2009-2011, assumimos a visão de: "Sermos o melhor Poder Judiciário Estadual da Amazônia", adotando como diretrizes a racionalização dos serviços administrativos e judiciais; o investimento em pessoas e tecnologia e o planejamento estratégico.

A fim de alcançarmos o objetivo proposto, cabe a tarefa de gerir, não só com eficácia, mas também com eficiência, os recursos que estão à nossa disposição: recursos humano, tecnológico e financeiro.

O recurso humano receberá especial atenção, já que todo o nosso desempenho, todas as nossas ações são dependentes da qualificação, do preparo e dedicação dos Magistrados e Servidores.

Do seu eficiente e criterioso trabalho profissional resulta a própria eficácia das decisões judiciais, a satisfação do jurisdicionado – aquele que nos procura, para resolução de suas lides. Especialmente por isso, empregaremos todo o esforço possível para a continuação da modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e materiais, objetivando o crescimento pessoal e profissional dentro da instituição a que servem com inegável e indispensável competência, reconhecendo serem eles peças fundamentais para o sucesso de nosso trabalho.

Importante é fazê-los partícipes desta administração e do processo judicial e administrativo como um todo, pois, cientes da necessidade de profissionais competentes, servidores compromissados, que tenham interesse em bem servir o jurisdicionado, é que será implementada a gestão de pessoas, que envolve a capacitação, motivação, incentivo à formação e alocação adequada às qualificações e às suas aptidões, buscando, sempre, a excelência do trabalho prestado.

Investiremos na qualificação em todos os níveis, pois motivar os servidores, fazê-los conhecedores de sua importância e missão, cientes de que, trabalhando no Poder Judiciário, onde deságuam os mais variados conflitos e dramas do dia-a-dia, é nosso compromisso.

No que tange a recursos tecnológicos, temos o Sistema de Automação do Judiciário como ferramenta principal, que, obedecendo a regras de uniformização ditadas pelo Conselho Nacional de Justiça, facilitará a tramitação processual, com classificação, assuntos e movimentação processual padronizados, gerando, desta forma, dados estatísticos – exemplo disso é a "Justiça em números" e a "taxa de congestionamento" – daí se observa, com essa e outras medidas, que o Judiciário passou a ser Nacional.

Esperamos, em breve, a completa interligação de todas as Comarcas e Municípios, onde estão instalados os Centros Integrados de Cidadania.

Nesse particular, deveremos utilizar adequada e eficientemente o Sistema de Automação do Judiciário, como instrumento facilitador do nosso trabalho rotineiro, e também como instrumento de controle e informação processual. Assim, deveremos buscar no Sistema informações capazes de apontar a real demanda de cada Juiz, bem como qual a necessidade de servidores para o célere trâmite das demandas, para planejamento e execução de nossas ações.

Quanto aos recursos financeiros e orçamentários, devemos estar atentos à atual conjuntura econômico-social, sem ignorar possíveis reflexos que possam atingir o Judiciário.

Desejamos registrar a sensibilidade demonstrada pelo Governo Estadual neste exercício, ao dotar o Poder Judiciário de orçamento adequado às nossas necessidades.

Deveremos utilizar os recursos disponíveis, tanto provenientes do Estado, quanto de Convênios, de Emendas Parlamentares e de Parcerias, eficientemente, com gestão responsável, evitando-se o desperdício, com um controle rígido e zelando para que esses recursos sejam aplicados dentro do rigor das normas orçamentárias, financeiras e de responsabilidade fiscal.

O Judiciário, na maioria das vezes, trabalha com o conflito já estabelecido. É necessária, portanto, a nossa compreensão, sabermos filtrar, sopesar os fatos, para termos a real dimensão do problema, a fim de que, como dito, possamos dar a solução de forma razoável, sensata e justa.

Somos prestadores de serviço público e devemos encontrar soluções rápidas, com segurança jurídica, respeitando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Pensamos que devemos trabalhar com objetividade, evitando o "retrabalho", isto é, evitando-se perda de tempo com trabalho que já foi produzido.

Nessa esteira, defendemos a difusão e o fortalecimento dos juízos de primeiro grau. E, para tanto, no próximo dia 06, será divulgado o resultado provisório do concurso para provimento de cargos para o ingresso de 10 novos Juízes. Também estamos em fase final do Concurso para privatização dos Cartórios Extrajudiciais, ou seja, o de Registros Públicos, Tabelionato e Registro de Imóveis, entre outros, cujos aprovados assumirão na qualidade de delegatários. Para 2009, estão previstos em nosso orçamento novos concursos para Juízes e servidores, já que a mobilidade de pessoal é uma realidade e isso acaba gerando lacunas em nosso quadro, que precisa, constantemente, ser renovado.

Desejamos proporcionar aos cidadãos acesso fácil à prestação jurisdicional, o bom atendimento, com cumprimento dos horários de trabalho e prestação de informações em linguagem acessível ao cidadão, em resposta aos problemas apresentados, com decisões de caráter esclarecedor e didático.

Pensamos que o Poder Judiciário, como instituição política consagrada pela Constituição, deverá se integrar em todos os níveis de poderes para, em ações conjuntas, com a confluência de interesses, administrar custos e trabalhar no mesmo objetivo. Até porque, como disse a Exma. Sra. Ellen Gracie, Ministra do STF, "a Justiça não é assunto que diga respeito exclusivamente aos membros do Poder Judiciário.

Justiça, em sentido amplo, é tarefa cotidiana de todos os cidadãos e responsabilidade do convívio social. Faz justiça todo aquele que demonstra consideração e respeito pelo direito do próximo. E prossegue Sua Excelência: Em suma, todos nós temos compromisso com a Justiça. É apenas quando a relação de consideração e respeito pelo direito alheio falha que nós, os juízes, somos chamados a atuar. Justiça é tarefa de todos, é o ato de construir, persistente e quotidianamente uma sociedade melhor."

Também buscaremos parcerias com instituições privadas, e esperamos continuar contando com a sensibilidade dos senhores parlamentares federais e senadores, para proporcionarmos cidadania nas ações da Justiça Comunitária e do Projeto Cidadão, entre outros.

Desde já esperamos dos Membros desta Administração, Excelentíssimo Senhor Desembargador Adair José Longuini, Vice-Presidente e do Excelentíssimo Senhor Desembargador Samoel Martins Evangelista Corregedor Geral da Justiça (já trabalhamos juntos na Comarca de Cruzeiro do Sul-AC, quando iniciamos na Judicatura) o bom convívio que, com certeza, se estabelecerá durante o Biênio que agora se inicia.

Senhores, estes são os "autos do processo". Para tanto, acabamos de ser citados formalmente, assinamos o Termo de Posse e aceitamos o encargo. E é com grande honra que passaremos a ser o gestor e o porta-voz deste eminente Tribunal de Justiça durante os dois próximos anos.

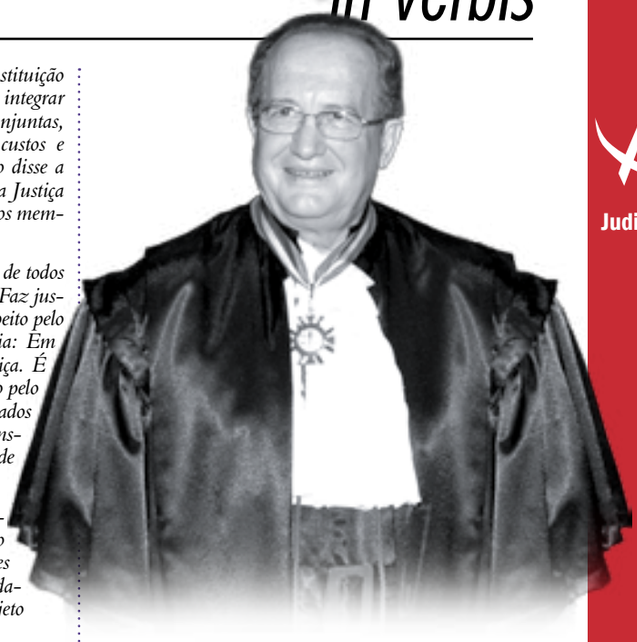
Contamos com a colaboração de todos e, desde já, agradecemos pela fé na certeza de que seremos um Tribunal de referência, de excelência, nos paradigmas propostos.

Relembrando mais uma vez a boa acolhida que nos foi dada por esta terra, o Estado do Acre, peço licença a todos para agora citar um poema de Jayme Caetano Braun, poeta gaúcho, intitulado Hospitalidade. Queremos ainda ressaltar que algumas alterações por nós serão feitas:

Hospitalidade

No linguajar barbaresco
E xucro da minha gente
Teu sentido é diferente,
Substantivo bendito,
Pois desde o primeiro grito
De "ó de casa" dado aqui,
O Rio Grande /(O Acre) fez de ti
O mais sacrossanto rito!

Hospitalidade é o mate (o tacacá)



Da chaleira casco preto (cuia de casco preto);
É a graxa que do espeto
Vai respingando na brasa; (é a farinha, a tapioca, o pão de milho e a farofa invadindo nossa mesa)
É o truco, que a casa vasa,
Sempre está pintando "Flor",
É o Rancho de corredor
E sombra de oitão de casa! (É a gameleira, o rio Acre, é o povo nas nossas praças)

Mas porém, sintetizada,
Num traste de uso machaço
A hospitalidade é um laço
Bem grosso e de armada grande
Que Deus trançou, pra que ande,
Apresilhado ao cinchão,
Nos tentos do Coração
Dos gaúchos do Rio Grande! E dos acreanos das lutas e das vitórias!

Agradecemos a Deus, doador da vida, mantenedor da esperança e justo Juiz.

Nesse sentido, usamos Suas palavras, colhidas em Provérbios 21:21, que, esperamos, sirvam de luz e sabedoria para nossas vidas: "O que segue a justiça e a beneficência achará a vida, a justiça e a honra."

Assim seja!

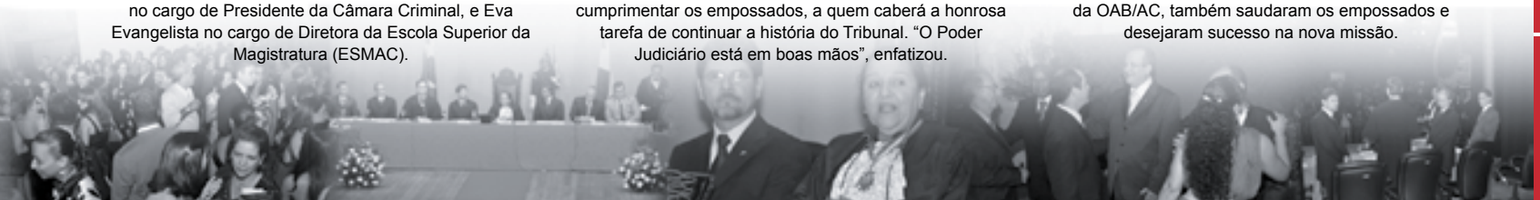
Obrigado.

Discurso do Desembargador Pedro Ranzi, empossado Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre para o biênio 2009-2011, durante Sessão Solene realizada no dia 02 de fevereiro de 2009.

Após tomar posse como Presidente, Pedro Ranzi deu posse aos desembargadores Adair Longuini, no cargo de Vice-Presidente, Samoel Evangelista, no cargo de Corregedor Geral da Justiça, Miracele Borges, no cargo de Presidente da Câmara Cível, Feliciano Vasconcelos, no cargo de Presidente da Câmara Criminal, e Eva Evangelista no cargo de Diretora da Escola Superior da Magistratura (ESMAC).

O Desembargador Arquilau Melo, em nome da Corte de Justiça Acreana, saudou os novos dirigentes do TJAC. Ele registrou o reconhecimento pelo bom trabalho desenvolvido pela Desembargadora Izaura Maia no biênio 2007-2009 e falou da sua satisfação em cumprimentar os empossados, a quem caberá a honrosa tarefa de continuar a história do Tribunal. "O Poder Judiciário está em boas mãos", enfatizou.

A decana da Corte, Desembargadora Eva Evangelista, entregou uma placa em homenagem a Izaura Maia, que deixou a Direção do Tribunal. Posteriormente, o Procurador de Justiça Sammy Barbosa, representando o MPE/AC, e o Advogado Florindo Poersch, Presidente da OAB/AC, também saudaram os empossados e desejaram sucesso na nova missão.



2º Encontro Nacional do Judiciário

CNJ propõe mudanças profundas no Judiciário

O 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte (MG), discutiu as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário brasileiro para os próximos cinco anos, buscando garantir uma justiça de qualidade e mais acessível.

Foram discutidos temas como eficiência operacional, acesso à Justiça, responsabilidade social, alinhamento e integração, atuação institucional, gestão de pessoas e infra-estrutura. Após os debates, as propostas foram consolidadas em um documento único de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, a ser implantado nacionalmente sob a coordenação do Conselho.

Conduzido pelo Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF e do CNJ, o evento reuniu cerca de 280 pessoas entre presidentes dos tribunais superiores (STJ, TSE, TST e STM), representantes dos cinco tribunais regionais federais, dos 27 tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, dos 24 tribunais regionais do Trabalho, dos 27 tribunais regionais eleitorais, e dos 3 tribunais militares, além de diretores de tribunais e dirigentes de associações. Representando o Poder Judiciário do Acre, os desembargadores Pedro Ranzi, Presidente do Tribunal de Justiça, e Arquilau Melo, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, participaram do evento.

O evento, que ocorreu no dia 16 de fevereiro, em Belo Horinzonte (MG), discutiu as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário para os próximos cinco anos

No encerramento do encontro, Gilmar Mendes apresentou dez Metas Nacionais de Alinhamento, aprovadas pelo plenário, a serem alcançadas pelo Poder Judiciário em todo o país até o final deste ano. Dentre elas está a de julgar em 2009 todos os processos distribuídos até dezembro de 2005 em todas as instâncias da Justiça brasileira. Ele justificou a proposta alegando a necessidade de "concretização do comando constitucional da duração razoável do processo e de priorização dos mais antigos, visando fomentar uma política de redução do tempo de tramitação".

Segundo o Ministro, o CNJ em breve irá propor uma Resolução que definirá prazos e condições mínimas de planejamento para que cada Tribunal possa alcançar as metas nacionais estabelecidas durante o encontro. O objetivo delas é "a redução das grandes desigualdades entre os diversos segmentos da Justiça brasileira, daí estarmos a falar nesta necessidade de um nivelamento", disse.

O alcance das metas, frisou Gilmar Mendes, "representará ganhos fundamentais no enfrentamento dos grandes desafios que elencamos como objetivos estratégicos, e nos dará sustentabilidade para os próximos passos dessa caminhada".

Embora estejam definidas, o Ministro não descartou a possibilidade delas serem revistas, caso haja dificuldade significativas na sua implantação. O Ministro também propôs que, a partir de agora, os presidentes adotem em cada Tribunal um plano plurianual que deve ser cumprido a cada cinco anos para evitar processo de descontinuidade.

O alcance dessas metas trará como benefícios diretos o alinhamento das ações do Poder Judiciário, o compartilhamento de técnicas, a redução da taxa de congestionamento, a utilização adequada da tecnologia de informação, o aperfeiçoamento e a capacitação de magistrados e servidores e, por fim, o acesso e a transparência dos trâmites processuais e utilização da gestão. "Não interessa desenvolver, de forma radical, determinado ramo do Judiciário se lá na ponta nós tivermos uma prestação ineficiente porque em algum lugar nós temos uma defasagem nesse desenvolvimento", explicou.

Ao final do encontro, o Ministro enfatizou o compromisso da magistratura para aprimorar o Judiciário brasileiro: "que nós, unidos, tenhamos a força para enfrentar os grandes desafios da prestação da Justiça, por meio de ações concretas".

AS 10 METAS DO JUDICIÁRIO

1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;
2. Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005;
3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (Internet);
4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos;
5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas;
7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (Internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça;
8. Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud);
9. Implantar núcleo de controle interno;
10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

"O Tribunal de Justiça do Acre seguirá as recomendações do Conselho Nacional de Justiça, almejando a modernidade, qualidade e eficiência para o Judiciário acreano"

TJAC planeja adesão ao projeto de digitalização de processos do STJ

No dia 17 de fevereiro, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Cesar Rocha, reuniu os presidentes de 23 TJs e dos cinco TRFs para expor o projeto de digitalização dos processos-papel já iniciado pela Corte e mobilizar os presidentes para a rápida adesão ao projeto.

"A reunião foi altamente proveitosa sobre todos os aspectos, principalmente pelo entusiasmo que os presidentes dos tribunais demonstraram em digitalizar os seus processos e, mais do que isso, em modernizar o Judiciário brasileiro", ressaltou o Presidente, ao argumentar que "maior velocidade e maior segurança na tramitação dos processos eletrônicos representarão uma vantagem muito grande para o jurisdicionado".

O Tribunal de Justiça do Acre, representado na reunião por seu Presidente, Desembargador Pedro Ranzi, já definiu sua participação no projeto e iniciou o planejamento para sua execução no Estado.

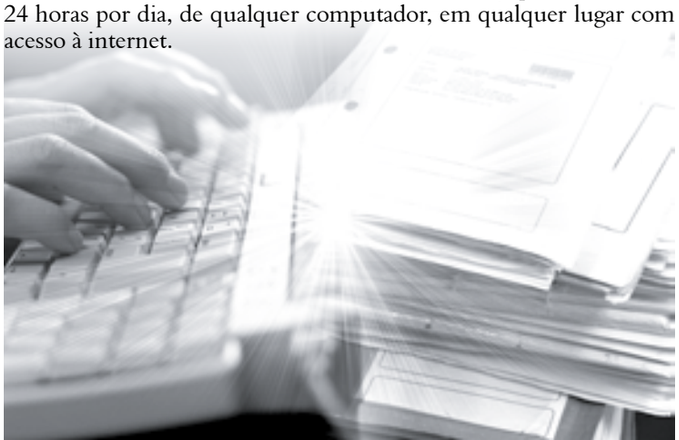
Com a adesão dos tribunais, dentro de pouco tempo, todos os processos oriundos dos tribunais estaduais e regionais chegarão ao STJ eletronicamente, via internet. Com a remessa eletrônica, os tribunais economizarão cerca de R$ 20 milhões por ano que são gastos hoje com o transporte físico.

No próximo mês todos os tribunais informarão oficialmente quando começarão a digitalização e o envio de seus processos de forma virtual. A par tir desse comunicado, o STJ assinará convênios de cooperação e disponibilizará aos tribunais uma equipe técnica para integrar os sistemas e padronizar as redes de transmissão e recepção com total integridade e segurança. A previsão é que, nos próximos dois meses, o projeto já esteja sendo executado por todo o Judiciário.

Durante a reunião, o Ministro sinalizou com a possibilidade do Conselho Nacional de Justiça fornecer aos tribunais os *scanners* necessários para transformar os processos em papel em arquivos de informática. Ele também informou que o processamento eletrônico já e uma realidade no STJ e que, até o dia 31 de julho, os 450 mil processos que tramitam na Corte estarão digitalizados e cerca de 300 mil processos em papel serão devolvidos aos tribunais de origem, sobrecarregando ainda mais os espaços de armazenamento mantidos pelos tribunais.

Quando o procedimento estiver totalmente digitalizado, o trâmite de distribuição no STJ cairá de quatro meses para uma semana e os processos retornarão ao tribunal de origem em no máximo cinco dias após sua distribuição.

Além de otimizar a tramitação dos processos, o sistema vai facilitar o acesso de advogados e partes aos recursos digitalizados. O acesso que atualmente só pode ser feito na sede do STJ e no horário de funcionamento do Tribunal (das 7h às 19h), poderá ser feito 24 horas por dia, de qualquer computador, em qualquer lugar com acesso à internet.



Tribunal investe em capacitação

"Desenvolver uma política de valorização do servidor com foco na sua capacitação é a nossa estratégia para melhoria e eficiência dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade", esta tem sido a mensagem do Desembargador Pedro Ranzi, Presidente do TJAC, durante as atividades do Programa de Ações de Sensibilização e Capacitação iniciadas no dia 9 de fevereiro.

Uma das prioridades da atual Direção do Tribunal, o programa de capacitação visa atingir mais de 900 pessoas, entre magistrados e servidores da Comarca de Rio Branco, durante a sua primeira fase, que se estenderá até o final de março.

Essa fase é composta por palestras sobre os temas "Motivação e Trabalho", "Ética nas Organizações" e "O Perfil do Profissional no Mundo Moderno", que estão sendo realizadas por meio da parceria do Judiciário com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre (Sebrae/AC), sob coordenação da Diretoria de Recursos Humanos, Centro de Capacitação dos Servidores do TJAC.

Ao longo do ano, palestras e cursos contemplarão o treinamento em áreas que vão desde o campo do Direito à Informática, passando por assuntos relacionados ao desenvolvimento interpessoal e de gerenciamento, entre outros.

Após a primeira etapa de atividades na Capital, o programa de capacitação também será oferecido no interior, visando contemplar os servidores e magistrados de todas as comarcas do Estado.

Palestra motivacional entusiasma os servidores do Judiciário

"Motivação e Trabalho" foi o tema da primeira palestra, ministrada no período de 09 a 20 de fevereiro pelo administrador de empresas Lauro Santos, que é consultor e instrutor do Sebrae.

A atividade, realizada no Palácio da Justiça, surpreendeu os participantes com sua dinâmica de total interação. O palestrante estimulou reflexões didáticas sobre questões como a parceria do funcionário em seu setor e a busca constante pela qualidade na prestação do serviço.

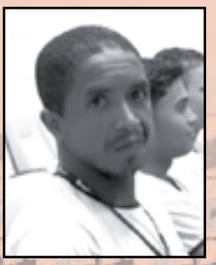
Novidades como o *endomarketing* e o *feedback* também foram abordadas. No primeiro caso, os participantes foram instruídos como desenvolver o *marketing* de dentro para fora, que resulta na valorização interna dos setores e dos próprios servidores. No caso do *feedbakc* foi realçada a importância da parceria no trabalho. "É você se colocar na situação do teu parceiro", ensinou o palestrante Lauro Santos. "O resultado disso é o sucesso e a satisfação do setor em que você atua", completou.

No final das apresentações, os participantes foram convidados a cantar e representar diante da platéia. As músicas e as pequenas representações funcionaram como via de motivação, incentivando o servidor a aperfeiçoar sua atuação no trabalho e assim buscar a melhoria na prestação dos serviços à sociedade.

"É necessário saber valorizar as relações humanas dentro da instituição e trabalhar um bom relacionamento entre as equipes, para que de fato todos alcancem o mesmo resultado, ou seja, as metas comuns da administração. Estou satisfeito por estar aqui podendo proporcionar um pouco de informação e tentando gerar conhecimento para os servidores do Tribunal de Justiça, inclusive, acho que as melhorias já estão acontecendo, basta ver a reação e a participação do público durante a atividade", concluiu Santos.

Integração

Além dos magistrados e servidores do Judiciário, também participaram da atividade os operadores dos serviços gerais, ligados a uma empresa terceirizada. Juntos, eles acompanharam o palestrante explicar que todos são essenciais no processo de execução da Justiça. .



O auxiliar de serviços gerais José Ferreira Leandro disse se sentir lisonjeado pelo convite e oportunidade de participar da atividade de integração com os demais servidores. "Achei muito legal lembrarem de nós", disse, visivelmente satisfeito.

Escola Superior da Magistratura define diretrizes e metas para o exercício 2009

Logo após assumir a Direção da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), no dia 02 de fevereiro, a Desembargadora Eva Evangelista conduziu o trabalho de planejamento das atividades da Escola para o ano de 2009.

Como diretrizes desse trabalho está a implementação de um modelo de gestão administrativa pedagógica nos termos da Resoluções e Instruções Normativas nºs 01 e 02, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que regulamentam os cursos oficiais para o ingresso, vitaliciamento e promoção na carreira da magistratura.

Nessa perspectiva, a ESMAC definiu algumas principais metas de atuação:

- Adequar-se às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;
- Promover a formação continuada dos Juízes de Direito Substitutos destinada à habilitação ao vitalicionamento, conforme dispõem as Resoluções e Instrução Normativa nºs 01 e 02/ENFAM, que estabelecem uma carga horária mínima anual de 60 (sessenta) horas-aula;
- Promover o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados vitaliciados, para fins de promoção por merecimento, nos termos da Resolução de Instrução Normativa nº02/ENFAM que estabelece uma carga horária mínima de 40 horas-aula anuais;
- Criar mecanismos ou instrumentos de avaliação permanente visando aferir o resultado e o aproveitamento dos magistrados nos eventos destinado ao vitaliciamento e à promoção por merecimento.

ESMAC

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ACRE

Ao longo do ano de 2009, a Escola promoverá diversas atividades voltadas à magistratura, entre palestras e cursos. Confira a programação prevista para o primeiro semestre deste ano:

Março

Palestra: "A Formação e o Aperfeiçoamento de Magistrados: o novo perfil das Escolas Estaduais de Magistratura", com o Desembargador Pedro Ranzi – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Dia 19 de março, às 17h, no Plenário do Palácio da Justiça.

Curso "Formação de Lideranças" (15h/aula - Portaria nº 58/08), com o Professor Doutor Paulo Motta – Escola de Direto da Fundação Getúlio Vargas. Dias 20 e 21 de março, com início às 8h30, no Plenário do Palácio da Justiça.

Abril

Curso Multidisciplinar "Violência Doméstica e Familiar" (15h/aula - Portaria nº 142/08), com a Juíza de Direito Olívia Maria Alves de Ribeiro. De 14 a 16 de abril, com início às 15h, no Plenário do Palácio da Justiça.

Maio

Curso "Mediação e Técnicas Autocompositivas" (15h/aula), com as juízas de Direito Olívia Maria Alves de Ribeiro e Mirla Regina da Silva Cutrim. De 12 a 14 de maio, com início às 15h, no Plenário do Palácio da Justiça.

Junho

Curso "As Recentes Alterações Introduzidas no Código de Processo Penal Brasileiro" (15h/aula), com o Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira. De 02 e 04 de junho, com início às 15h, no Plenário do Palácio da Justiça.

Julho

Curso "A Arte de Mediar – Capacitação e Formação de uma rede de mediadores na Amazônia Ocidental - Acre/Brasil" (15h/aula - Portaria nº 86/08), com a Professora Adriana Beltrame. A ESMAC definirá em breve a data, horário e local da atividade.

Desembargadora Eva Evangelista, atual Diretora da ESMAC

Judiciário em foco
Fevereiro de 2009

Arquilau Melo e Eva Evangelista compõem a Direção do TRE-AC

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) realizou no dia 03 de fevereiro a Sessão Solene de Posse da Desembargadora Eva Evangelista como Membro da Corte Eleitoral. Durante o ato também foi realizada a eleição da nova Direção. O Desembargador Arquilau Melo foi eleito por unanimidade o novo Presidente da Corte para o biênio 2009-2011. Já a Desembargadora Eva Evangelista, que integra pela quarta vez o TRE-AC, no novo biênio atuará como Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral. A solenidade de posse da nova Direção aconteceu no dia 06 de março.

TJAC recebe visita do Diretor de Governo do Banco do Brasil

Em visita ao Estado do Acre, o Diretor de Governo do Banco do Brasil, Sérgio Ricardo Miranda Nazaré, foi recebido no dia 20 de fevereiro pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, desembargadores Pedro Ranzi e Adair Longuini. A recepção aconteceu no Palácio da Justiça. Também acompanharam a visita o Superintendente do Banco do Brasil nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima, João Batista Trindade Filho, o Gerente Regional no Acre, Edvaldo Sebastião de Souza, e o Gerente da Agência Setor Público no Estado, Adison Mourão. Durante o encontro, a comitiva do BB destacou a boa relação mantida com o Tribunal de Justiça, afirmando que o banco se sente honrado em ter o TJAC como um de seus parceiros e que estará sempre aberto aos projetos voltados para a melhoria dos serviços jurisdicionais.

Juiz Giordane Dourado assume a ASMAC

Em Sessão Solene realizada no dia 06 de fevereiro, tomou posse a nova Direção da Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC) para o biênio 2009-2011, composta pelos juízes de Direito Giordane de Souza Dourado (Presidente), Marcelo Coelho de Carvalho (1º Vice-Presidente) e Júnior Alberto Ribeiro (2º Vice-Presidente). A solenidade aconteceu no Tribunal do Júri do Fórum Barão de Rio Branco, no centro da Capital, e contou com a presença de diversas autoridades. Da mesa de honra participaram os desembargadores Pedro Ranzi e Adair Longuini, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador do Estado Roberto Barros, representando o Governador Arnóbio Marques, o advogado Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre (OAB-AC), o Promotor de Justiça Celso Jerônimo, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Acre (AMPAC), e o Vereador Jessé Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco.

Tribunais do Acre e Rio de Janeiro compartilham experiências

Interessado em conhecer o funcionamento da Justiça fluminense e, em especial, o trabalho realizado pela atual administração do TJ-Rio, sob a Presidência do Desembargador Luiz Zveiter, o Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Pedro Ranzi, esteve no dia 18 de fevereiro na sede do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. No gabinete de Luiz Zveiter, Pedro Ranzi e o assessor jurídico do TJAC, Alexandre Bonfim, puderam conhecer melhor o funcionamento e a estrutura da Justiça do Rio nos 13 Núcleos Regionais instalados no Estado, assim como o funcionamento do sistema de segurança dos Fóruns.

Nova composição das comissões permanentes do TJAC

O Tribunal Pleno Administrativo, durante a sessão do dia 11 de fevereiro, definiu a nova composição de três das quatro comissões permanentes do TJAC. Assim como o mandato da Direção do TJAC, as comissões têm sua composição redefinida a cada biênio. A Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) terá sua formação definida em breve pela Corregedoria Geral da Justiça. As comissões de Organização Judiciária, Informática e CEJA são compostas por quatro desembargadores, sendo um presidente, dois titulares e um suplente. No caso da Comissão de Concursos, sua composição, excepcionalmente, é de cinco membros, sendo presidida pelo próprio Presidente do Tribunal de Justiça.

Conheça a nova formação das comissões:

Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos
Adair José Longuini - Presidente
Samoel Martins Evangelista - Titular
Arquilau de Castro Melo - Titular
Izaura Maria Maia de Lima - Suplente

Comissão de Informática, Jurisprudência e Biblioteca
Adair José Longuini - Presidente
Eva Evangelista de Araújo Souza - Titular
Izaura Maria Maia de Lima - Titular
Francisco das Chagas Praça - Suplente

Comissão de Concurso para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto
Pedro Ranzi - Presidente
Samoel Martins Evangelista - Titular
Adair José Longuini - Titular
Eva Evangelista de Araújo Souza - Suplente
Miracele de Souza Lopes Borges – Suplente